

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ – CONERH

01 Aos doze (12) dias do mês de novembro de 2013 (dois mil e treze), às 09:00 (nove) horas,
02 foi realizada a 65ª Reunião Ordinária do CONERH, no Auditório da SEINFRA, na qual
03 estiveram presente os seguintes conselheiros: O Suplente do Presidente do CONERH, Dr.
04 Daniel Sanford Moreira, o Secretário Executivo do CONERH, Dr. Paulo Miranda
05 Pereira/SRH; Raimundo Josino Pontes /SEINFRA; Pedro José Freire Castelo/SECITECE
06 Karine Machado Fontenele/SEPLAG; Osvaldo Segundo da Costa Filho /SPA; Viviane
07 Gomes Monte /CONPAM; Raimundo Reginaldo Braga Lobo /CEDE; Renata Mendes
08 Luna /ABRH; Oyrton Azevedo de Castro Monteiro Junior /UNIFOR; Maria Amélia Souza
09 Menezes/CAGECE; João Teixeira Júnior/FAEC; Maria Inês Teixeira Pinheiro /IFCE;
10 Maria Amélia Souza Menezes/CAGECE; Elaine Cristina de Moraes Pereira /FIEC; Priscila
11 Carvalho Holanda/SEDUC; Como convidados, estavam presentes Márcia Caldas
12 /COGERH, Luiz Amisterdan de Oliveira /SRH e Rose Anne Valle de Deus /SRH. O **Dr.**
13 **Daniel Sanford Moreira, Suplente do Presidente do CONERH**, cumprimentou a todos
14 avisou que por motivos de gozo de férias do Presidente do Conselho, ele presidiria a reunião
15 em substituição ao presidente, assim fez a abertura da Reunião, agradecendo e repassou logo
16 em seguida a palavra ao Secretário Executivo Paulo Miranda Pereira, que a partir de então
17 passou a conduzir os trabalhos. O Secretário verificou o quorum da reunião, em seguida
18 sugeriu uma alteração na pauta pois o sr. Luiz Amisterdan de Oliveira iria viajar, após sua
19 palestra assim foi sugerida uma inversão na ordem das palestras itens 5 e 6 da pauta. Está
20 proposta foi acatada unanimemente por todos. Dando continuidade o Secretário Executivo
21 facultou a palavra para que fossem feitos os Informes Gerais. A sra. Márcia Caldas convidou
22 os presentes a comparecerem a solenidade de comemoração dos vigésimo aniversário da
23 COGERH, que acontecerá no dia dezoito de novembro do corrente ano, ressaltando a
24 presença do Ex- Governador e atual Secretário da Saúde do Ceará, que proferirá a palestra
25 “Gestão de Recursos Hídricos no Ceará: da Concepção aos Dias Atuais”. A representante da
26 CAGECE sra. Maria Amélia Menezes alertou os membros do Conselho sobre a falta de
27 participação do Conselho nas políticas emergenciais para mitigar os problemas da seca que
28 vem ocorrendo no estado, na compreensão desta conselheira a Administração Pública se
29 limita a dar ciência das ações, não havendo um melhor aproveitamento das expertises
30 técnicas disponíveis no Conselho. O Presidente em Exercício do Conselho alertou para a
31 necessidade dos conselheiros ter uma ação mais proativa na elaboração da pauta das
32 reuniões, assim algumas distorções podem ser corrigidas a medida que se tenha ciência
33 delas. O representante da SECITECE, sr. Pedro José Freire Castelo também reforça a
34 proatividade dos membros para adequar o ritmo das necessidades advindas dos desafios da

35 realidade, como forma de explorar os potenciais humanos integrantes do Conselho. O sr
36 Osvaldo Segundo da Costa Filho /SPA comentou sobre a necessidade de ser melhor
37 trabalhado no Conselho o plano de gestão, pois o a execução de um plano orientativo
38 facilitaria o acompanhamento e ajustes das ações para resolver alguns problemas
39 imprevistos. O presidente em exercício sugere uma reflexão crítica para melhorar a
40 interatividade dos membros do Conselho. A representante da CAGECE pede que o grupo
41 busque evitar que o Conselho se limite apenas ao referendamento das ações, sem dar
42 contribuições efetivas. A sra. Rose Anne Valle de Deus apresentou a sugestão da emissão de
43 uma resolução instituindo a realização de seminário para debater problemas e medidas
44 mitigadoras em caso de eventos extremos. Dando prosseguimento, o sr. Luiz Amisterdan de
45 Oliveira fez a palestra intitulada “Outorga - Instrumento de Gestão dos Recursos Hídricos”.
46 Foram apresentada a fundamentação legal e alguns conceitos importantes envolvendo o
46 assunto. O palestrante apresentou quadros, mostrando a situação atual da implementação do
48 instrumento no estado, concluindo com os avanços observados e os desafios a serem
49 superados. O Secretário executivo acrescentou que os números apresentados poderiam
50 parecer reduzido, diante dos números de usuários cadastrados, mas ele alerta que os
51 principais empreendimentos, principalmente os consumos mais expressivos estão listado no
52 quadro apresentado e que o nível de comprometimento da água no estado em termos
53 quantitativos estavam aproximando do seu limite máximo e que seria um momento oportuno
54 buscarmos conduzir uma proposta de uso mais racional para ampliar a disponibilidade,
55 alertando inclusive que os termos oferta e demanda hídrica estão associados a incertezas e
56 que seria necessário ampliar o debate para os níveis de risco que poderiam ser acordados
57 para adoção nas análises dos pedidos de outorga. O sr. João Teixeira, com base no conceito
58 de riscos dos empreendimentos, alerta para a necessidade de se promover uma
59 aproveitamento agrícola a partir de atividades que possam absorver os riscos advindo
60 apropriação da disponibilidade do canal para complementação das demandas prioritárias em
61 momentos de escassez, observando que se deve levar em conta um limite mínimo de
62 eficiência de uso. O Presidente em Exercício lembrou que a transposição das águas do São
63 Francisco vai diminuir os riscos do sistema, além de tornar possível uma melhor
64 redistribuição espacial da água a partir da construção do Cinturão das Águas. A representante
65 da CAGECE perguntou se o sistema vem respondendo, normalmente os pedidos de outorga
66 para diluição. A representante do IFCE, a sra. Maria Inês Teixeira Pinheiro indaga sobre a
67 ausência de normas para regularização de uso de lançamentos de efluentes. O sr. Luiz
68 Amisterdan de Oliveira explica que a lei estadual impõe a necessidade de autorização para
69 lançamento de efluente, mas a grande dificuldade está na complexidade advinda da
70 intermitência do corpo hídrico reduzindo em quase totalidade a sua capacidade de diluição,
71 mas como argumenta o Secretário Executivo a baixa permanência do fluxo limita a sua

72 exploração, anulando a ideia de usos preponderantes, estando este conceito ligado aos
73 corpos perenes ou perenizados (trechos perenes e açudes). O sr Luiz Amisterdan de Oliveira
74 comenta que a regulamentação infralegal pode seguir o mesmo ritual proposto para a
75 autorização do peixe em tanques rede, onde a outorga se dá em dois momentos, inicialmente
76 o interessado recebe uma reserva de uso, e procura se regularizar perante aos órgão
77 ambientais e se estes responder positivamente, o interessado receberia a outorga definitiva.
78 Em seguida a sra. Márcia Caldas passou a apresentar os destaques da Atualização do
79 Regimento Interno do Comitê das Bacias Metropolitanas. Durante a palestra foram prestados
80 alguns esclarecimentos, o Presidente em Exercício percebeu que não haveria mais quorum
81 para a aprovação do novo regimento e sugeriu aos presentes a suspensão da reunião. Diante
82 do acontecido o grupo acatou a suspensão da reunião. O Presidente em Exercício se
83 desculpou com a palestrante e perguntou se a mesma teria disponibilidade para fazer a
84 mesma apresentação na próxima reunião, que ficaria acordado que sua palestra seria o
85 primeiro ponto de pauta, a sra. Márcia Caldas aceitou e a reunião seria finalizada. Como
86 forma de evitar o ocorrido o grupo acordou que as saídas fossem registradas, como forma de
87 não prejudicar a execução das futuras pautas propostas. E não tendo mais nenhum assunto a
88 ser discutido, o Presidente Execício sr. Daniel Sanford Moreira, agradeceu a presença de
89 todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Paulo Miranda Pereira, lavrei esta Ata que, após
90 lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em Exercício, por mim e pelos demais
91 conselheiros. Fortaleza, 20 de setembro de 2013.

1. SRH

CESAR AUGUSTO PINHEIRO

Daniel Sanford Moreira _____

2. SEINFRA

JOAQUIM FIRMINO FILHO

Raimundo Josino Pontes _____

3. SECITECE

RENÊ TEIXEIRA BARREIRA

Pedro José Freire Castelo _____

4. SEPLAG

KARINE MACHADO FONTENELE

Francisco Parente Gomes _____

5. CIDADES

MÁRIO FRACALOSI JÚNIOR

Edmundo Olinda Filho _____

6. SPA

RICARDO NOGUEIRA CAMPOS FERREIRA

Oswaldo Segundo da Costa Filho

7. SEDUC

PRISCILA CARVALHO HOLANDA

Solange Maria Rabelo

8. SDA

JOSÉ WANDERLEY AUGUSTO GUIMARÃES

Silas Barros de Alencar

9. CONPAM

MARIA DIAS CAVALCANTE

Viviane Gomes Monte

10. CEDE

IVAN RODRIGUES BEZERRA

Raimundo Reginaldo Braga Lobo

11. APRECE

LUIZ PRAGMÁCIO TELLES FERREIRA DE SOUZA

Nicolas Arnaud Fabre

12. CBH

VICENTE BARBOSA SOARES

Antônio Alves de Araújo

13. DNOCS

JOSÉ FALB FERREIRA GOMES

Maria Zita Timbó Araújo

14. ABES

ANTÔNIO PRAXEDES BERTO

Francisco Vieira Paiva

15. ABRH

TICIANA M. DE CARVALHO STUDART

Renata Mendes Luna

16. IFCE

CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA

Maria Inês Teixeira Pinheiro

17. UNIFOR

ROGÉRIO CAMPOS

Oyrton Azevedo de Castro M. Júnior

18. CAGECE

MARIA AMÉLIA SOUZA MENEZES

Carlos Augusto Lopes Moreira

19. FAEC

JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR

Carlos Bezerra Filho

20. FIEC

ANTÔNIO RENATO LIMA DE ARAGÃO

Elaine Cristina de Moraes Pereira

Secretaria Executiva do CONERH

PAULO MIRANDA PEREIRA

Maria Eliane Sampaio Cortez

Assessoria Jurídica do CONERH

RISNALDO DA COSTA MOREIRA

Germana de Mattos B. Góes Giglio
